

Questão ambiental e serviço social: reflexões sobre as possibilidades de intervenção profissional

Environmental issue and social service: reflections on the possibilities of professional intervention

DOI:10.34117/bjdv7n2-487

Recebimento dos originais: 10/01/2021

Aceitação para publicação: 23/02/2021

Rosângela Bujokas de Siqueira

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG); Professora Adjunta Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), no Curso de Graduação em Serviço Social Rua Padre Salvador Renna, 875, Campus Santa Cruz, CEP: 85015-430, Bairro Santa Cruz, Guarapuava – PR

RESUMO

Este trabalho é fruto de reflexões construídas a partir de nossa experiência como ministrante da disciplina “Serviço Social e Questão Ambiental” na graduação em Serviço Social, bem como pela atuação extensionista junto de famílias de catadores de materiais recicláveis em Guarapuava – PR. Esta atuação vem nos oportunizando refletir sobre o imbricamento dos campos econômico, social, político e ambiental. Desta forma, o objetivo deste artigo é apontar e discutir demandas postas pelas manifestações da “questão ambiental” para a intervenção profissional do Serviço Social. Trata-se de um estudo bibliográfico, enriquecido por vivências e observações tecidas em nosso cotidiano profissional. Os resultados apontam que o Serviço Social, por meio de ações socioeducativas, pode contribuir para os processos de luta por justiça social e ambiental, no sentido de transformar aspectos da realidade, como uma das formas de enfrentar efetivamente as expressões da “questão ambiental”.

Palavras-chave: Capitalismo, Questão Ambiental, Serviço Social.

ABSTRACT

This work is the result of reflections built from our experience as a lecturer in the discipline “Social Service and Environmental Issues” in the undergraduate degree in Social Service, as well as from the extension work with families of recyclable material collectors in Guarapuava – PR. This performance has given us the opportunity to reflect on the intermingling of the economic, social, political and environmental fields. Thus, the objective of this article is to point out and discuss demands posed by the manifestations of the “environmental issue” for the professional intervention of Social Service. This is a bibliographic study, enriched by experiences and observations made in our professional daily life. The results show that Social Service through socio-educational actions, can contribute to the processes of struggle for social and environmental justice, in the sense of transforming aspects of reality, as one of the ways to effectively face the expressions of the “environmental issue”.

Keywords: Capitalism, Environmental Issue, Social Service.

1 INTRODUÇÃO

As condições atuais da realidade brasileira têm desafiado os estudiosos, especialmente das ciências humanas e sociais, na discussão dos retrocessos no campo dos direitos humanos e das diferentes políticas públicas. A agenda governamental está assentada em uma espécie de liberalismo primitivo, adornado por um conservadorismo nos costumes e pelo negacionismo de pressupostos científicos.

A flexibilização de direitos dos trabalhadores e os desmontes nas estruturas de gestão e financiamento das políticas públicas atingem a ampla maioria da sociedade, contudo, as populações mais vulneráveis são as que sofrem o rebatimento disto de forma mais intensa e violenta.

Além das medidas de ajuste fiscal, que tradicionalmente precarizam as políticas sociais, as iniciativas arcaicas e criminosas na gestão ambiental, que chamam a atenção do mundo, têm gerado um cenário de demandas sociais complexas ao Serviço Social, embora ainda pouco sistematizadas teoricamente. Os agravos da emergência climática, gerados pela escolha de um determinado modelo de desenvolvimento econômico, recaem mais fortemente sobre as populações periféricas, em especial a negra e feminina, exigindo a articulação de diferentes políticas sociais públicas e áreas de conhecimento para o efetivo enfrentamento desta temática.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é apontar e discutir as demandas postas pelas manifestações da “questão ambiental” para a intervenção profissional do Serviço Social. Trata-se de um estudo bibliográfico, enriquecido pelas vivências e observações do nosso cotidiano profissional, enquanto docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Centro Oeste, em Guarapuava, no Paraná, ministrante da disciplina Serviço Social e Questão Ambiental neste Curso e também atuante em Projeto de Extensão com Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis.

Este artigo está organizado em três momentos: a primeira parte problematiza brevemente a relação entre capitalismo, destrutividade e impactos sobre as populações vulneráveis; a segunda fundamenta a perspectiva teórica de análise e sustenta nossa compreensão acerca da “questão ambiental”; a terceira aborda os resultados, apontando a intervenção e contribuição do Serviço Social para o enfrentamento das expressões da “questão ambiental”.

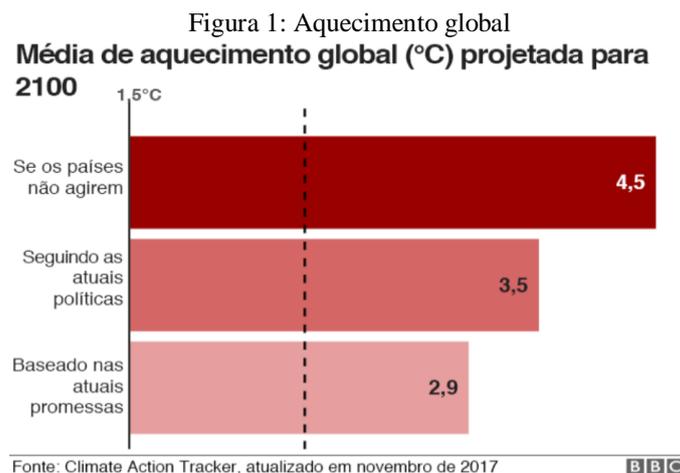
2 CAPITALISMO E DESTRUTIVIDADE

O cenário de desmatamentos, enchentes, contaminações pelo uso de agrotóxicos, adoecimento em função da poluição, má qualidade da água, intensa poluição dos mares, excesso de lixo em aterros mau geridos, descarte excessivo e incorreto de materiais recicláveis, entre outras situações, tem cada vez mais habitado nosso cotidiano de vida nas cidades. Diariamente nos deparamos com situações como essas em nossos locais de moradia, de trabalho ou mesmo em divulgações feitas pela mídia. No geral, as saídas apontadas para estas situações estão focadas na mudança de comportamento individual e no uso de tecnologias, do contrário, e em tese, as consequências afetarão a vida de todos indistintamente.

Embora já exista consenso acerca do impacto do nosso estilo de vida moderno sobre o planeta, é importante destacar que ainda há dissonância sobre as raízes desta problemática e, principalmente, sobre o meio mais efetivo para enfrentá-la.

As situações mencionadas são expressões concretas de um modo de produzir materialmente a vida. Há dados científicos alarmantes atestando que a questão do aquecimento global dos dois últimos séculos e a intensificação do efeito estufa planetário estão diretamente relacionados ao padrão de produção e consumo da sociedade moderna (PBMC, 2014).

A Figura 1 ilustra o quanto este cenário pode ser agravado nas próximas décadas, caso não haja uma ação deliberada por parte do Estado e da sociedade.



Fonte: BBC News Brasil (2020).

Calcado na intensa exploração da natureza e do trabalho, o modo capitalista de produção está voltado para a obtenção do lucro, tendo como sequelas os impactos ambientais e o acirramento das desigualdades entre as nações e as classes sociais.

As alterações climáticas provocam mudanças nos sistemas geofísicos, biológicos e humanos. Dessa maneira, impõem uma série de desafios ao desenvolvimento, com implicações sobre diversos setores: sociais, econômicos e ambientais, relacionados à indústria, agricultura, comércio, segurança e bem-estar social (IPCC, 2007 *apud* PBMC, 2014, p. 9).

Embora em algum momento, e em certa medida, essas situações atinjam os diferentes grupos e classes sociais, está evidente que as classes subalternas, as populações mais vulneráveis são as que sofrem de forma mais contundente o rebatimento deste cenário, escancarando as relações de desigualdade impostas pelo modo de produção capitalista, que concentra renda e riqueza.

[...] As populações mais expostas aos desastres naturais e que, provavelmente, sentirão mais os impactos da mudança global no clima são aquelas vivendo nos países em desenvolvimento. [...] Admite-se que as categorias mais afetadas são as populações mais pobres e, entre elas, as mulheres, crianças e idosos [...]. [...] trata-se de um desafio para as políticas públicas devido à referida sobreposição ou acumulação de problemas sociais e ambientais (MALUF e ROSA, 2011, p. 19).

Por isso, a saída sustentada na mudança de comportamento individual e no uso de tecnologias, embora importante, é insuficiente. Silva (2010) contribui para nosso entendimento quando aponta que o capitalismo não se sustenta indefinidamente sem que seus avanços tecnológicos e científicos resultem em perdularidade e destruição.

Assim, segundo a autora citada, o aumento assombroso de produtividade devora recursos humanos e materiais do planeta, devolvendo-os na forma de mercadorias e consumo de massa, cada vez mais subutilizados. Portanto, a “[...] apropriação da natureza manifesta uma modalidade de desenvolvimento das forças produtivas, na qual os avanços científicos e tecnológicos subordinam-se às necessidades da acumulação capitalista” (SILVA, 2010, p. 60).

As relações de propriedade capitalista se estruturam com a concentração dos meios de produção em uma classe, restando a grande maioria da sociedade a venda de sua força de trabalho. Estas relações desiguais impostas na produção da vida material e social afetam internamente as nações e suas classes sociais, mas também as afetam externamente, na configuração de um mercado mundializado. Portanto, o centro e a

periferia do mundo vivenciam relações comerciais diferenciadas e os rebatimentos sociais também são sentidos de forma diferente pelas populações.

No caso da temática em pauta neste trabalho, segundo a Oxfam (2020), países pobres do sul global sentem os efeitos das mudanças climáticas causadas pelos países do norte global. Da mesma forma, embora as pessoas em situação de pobreza são as que menos contribuem para este quadro, são justamente elas que sentem seus rebatimentos de forma mais intensa e cruel. São estes sujeitos que, frequentemente, se veem forçados a morar em casas improvisadas, em terrenos propensos a inundações e deslizamentos. Com todas essas dificuldades, são poucos os que têm economias para usar em casos de emergências. E mais, quando os desastres acontecem, a má alimentação, a falta de saneamento e de assistência médica geram doenças que se espalham rapidamente (OXFAM, 2020).

Corroboram esta afirmativa os dados de 2013 do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, que já mostravam que as mudanças climáticas provocam impactos nos sistemas naturais e socioeconômicos, causando consequências como secas intensas e prolongadas, prejuízos na agricultura, na pesca e na matriz energética. Mais uma vez, este relatório também afirma: quem mais sofre é a população pobre, que tem menos chances e recursos para se adaptar a um novo cenário (ECYCLE, 2020).

Diante dos elementos aqui apresentados, e conforme nos alerta Loureiro (2008), é importante avançarmos para um debate reflexivo e crítico, capaz de discutir os aspectos políticos e estruturais que atravessam o tema da “questão ambiental”, sob pena de reduzirmos esta problemática ao universo gestor e comportamental.

No âmbito do Serviço Social, é urgente aprofundarmos este debate, uma vez que a profissão se encontra na linha de frente, junto de outros saberes profissionais, no atendimento e na formulação de respostas para as problemáticas e expressões derivadas dos conflitos oriundos do binômio capital-trabalho, incluindo ainda, como pudemos perceber, as manifestações da destrutividade da natureza.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Situamos a reflexão produzida neste trabalho no campo do pensamento progressista, onde as origens e os determinantes da “questão ambiental” possuem relação com a lógica de produção capitalista. Neste campo, segundo Silva (2010), existem pensadores que, a partir do legado de Marx, situam a origem da problemática ambiental

na forma como o sistema do capital exerce domínio sobre a natureza, transformando-a em mercadoria, submetida à dinâmica da produção.

Loureiro (2008) reforça a centralidade dessa discussão quando aponta que “a tradição da teoria social crítica é a que se apresenta como a maior interlocutora da discussão ambiental, no âmbito da teoria social” (p. 17).

Partindo da interpretação marxista, a economia se apresenta como a base estrutural da sociedade, onde a produção se pauta na transformação da natureza, mediada pelo trabalho. Segundo o autor, podemos compreender a sociedade por meio das relações entre indivíduos e classes sociais, que se estruturam por meio das relações de produção que sustentam a vida material.

Portanto, nesta perspectiva teórica, as relações sociais envolvem não só as interações entre indivíduos e classes, mas também abarcam as relações destes com a natureza. “[...] Cada fase da humanidade constituirá um tipo específico de relação com a dimensão natural [...]” (LOUREIRO, 2008, p. 16).

Embora a temática ambiental não tenha sido uma preocupação na obra original marxiana, até mesmo em função de seu contexto histórico e do grau de desenvolvimento das forças produtivas naquele momento, o estudo de Lowy (2014) destaca que em certas passagens relativas à agricultura pode-se ver um esboço da problemática ecológica nos escritos de Marx, com uma crítica radical das catástrofes impostas pelo modo de produzir capitalista. “O que encontramos nestes textos é um tipo de teoria da ruptura do metabolismo entre as sociedades humanas e a natureza, como resultado do produtivismo capitalista” (LOWY, 2014, p. 27).

Em suma, a concentração da propriedade privada, a produção de excedente visando o lucro e a exploração da força de trabalho são aqui compreendidos como pilares de um sistema que gera destrutividade. E assim, a associação entre a exploração do trabalho e da natureza abre a possibilidade de construção de uma reflexão que articula as lutas de classes e as lutas em defesa do meio ambiente (LOWY, 2014).

Partindo deste marco teórico, a compreensão de “questão ambiental” que embasa este artigo é a de que esta se refere “[...] ao conjunto das manifestações da destrutividade da natureza – cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade – e seus desdobramentos sociopolíticos [...]” (SILVA, 2010, p. 82).

Entendemos que a concentração da propriedade privada, a mercantilização da natureza e a exploração do trabalho, com vistas a obtenção do lucro, geram a “questão ambiental” e suas múltiplas expressões, como: poluição, contaminações hídricas,

inundações, expropriações territoriais, insegurança alimentar, violência, etc. Estas expressões atingem de forma diferenciada os indivíduos e classes sociais, tornando-se demandas para as políticas sociais e para o Serviço Social, conforme observamos em nosso cotidiano profissional e sustentamos no item anterior deste artigo.

Portanto, o enfrentamento desta “questão ambiental” deve incorporar dimensões sociopolíticas, sendo mais fecundo quando for capaz de abranger práticas de democratização da sociedade e busca de um projeto societário alternativo ao capitalismo. A democracia, em sua forma radical e direta, é condição para o ambientalismo (LOUREIRO, 2008), dando vazão aos interesses subalternizados pelo modelo econômico vigente, abrindo espaço para uma nova sociabilidade.

Traçar coletivamente um projeto societário pós-capitalista é uma estratégia importante para a superação deste modelo, ainda que a longo prazo, uma vez que, segundo Loureiro (2008), o risco de colapso e a consciência desse fato não têm garantido a sustentabilidade da vida, pois sempre haverá interesses de classes e grupos sociais hegemônicos que sustentam a interpretação dominante e determinam a ação cotidiana e a relação com a natureza (LOUREIRO, 2008).

É justamente nessa relação entre os aspectos ambientais, econômicos, políticos e sociais que situamos a contribuição do Serviço Social, sua produção de conhecimento e sua intervenção profissional.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

As discussões e resultados deste trabalho são produtos da pesquisa bibliográfica, adensados da experiência e das observações realizadas em nosso cotidiano profissional, conforme pontuamos na Introdução do artigo.

O primeiro momento da pesquisa se concentrou no levantamento bibliográfico, onde constata-se que a produção de conhecimento mais significativa acerca da “questão ambiental” no Serviço Social é muito recente, por isso, é importante a discussão interdisciplinar.

Enquanto demandas profissionais, as expressões da “questão ambiental” já estão presentes há décadas no cotidiano da profissão. Por exemplo, entre 1970 e 1980, período marcante para o engajamento nas lutas ambientais, o Serviço Social atuava com demandas oriundas das sequelas do projeto de desenvolvimento capitalista no país, que gerou a expulsão de milhares de famílias do campo, adensando as periferias das cidades em condições precárias de vida. Movimentos sociais de grande expressão nestes conflitos

socioambientais são o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Atingidos por Barragens (MAB).

Os povos tradicionais também têm sido há séculos vítimas constantes da investida deste projeto de desenvolvimento econômico, embora tenham ganhado mais expressão a partir de 1980 e, ainda mais recentemente, por meio da criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040, de 2007). As atuais violações de direitos dirigidas a estes povos vêm agravando de forma mais contundente ainda os conflitos socioambientais e inúmeras demandas chegam ao Serviço Social, especialmente dos povos quilombolas e indígenas. A região centro-oeste do Paraná conta com a primeira Comunidade Quilombola a ser parcialmente titulada no estado, a Comunidade Invernada Paiol de Telha, e também com a Terra Indígena Rio das Cobras, onde existem sete aldeias *Kaingang* e duas aldeias *Guarani*, somando cerca de 2.700 indígenas, a maior Terra Indígena do estado.

Além das demandas oriundas destes conflitos, as situações de enchentes nas periferias; ocupações em áreas de preservação ambiental no espaço urbano, com moradias que geram risco; situação degradante de trabalho na coleta de materiais recicláveis; falta de saneamento básico; entre outras, geram demandas aos setores de políticas sociais onde tradicionalmente atuam os/as Assistentes Sociais, como: Saúde, Habitação, Assistência Social e Políticas para Mulheres.

Apesar disso, os estudos produzidos sobre estas demandas no âmbito da profissão ainda pouco as relacionam com os conflitos socioambientais, mas aqui destacamos que estas são também desdobramentos sociopolíticos do conjunto das manifestações da destrutividade da natureza, que em última análise, se vinculam as relações de propriedade privada capitalista, conforme colocou Silva (2010).

Defendemos, portanto, que é necessário aprimorar e aprofundar este debate, destacando a contribuição que o Serviço Social pode oferecer.

Segundo Freitas e Nunes (2014), esta intervenção profissional pode contribuir nos processos de: *pesquisa*, problematizando as produções teóricas e práticas que propugnam a cultura ambientalista de caráter supra classista; *socioinstitucional*, com intervenções voltadas para gestão de programas e projetos, com ações pedagógicas de caráter educativo e orientador, bem como na construção de redes de participação social; *sociopolítico*, com estratégias de apoio ao diálogo interdisciplinar, mobilização da sociedade civil e articulação de serviços (moradia, lazer, educação, etc); *sociopedagógico*, com ações voltadas para o atendimento das necessidades dos trabalhadores, objetivando a superação

de dificuldades, de maneira ativa, tendo seus sujeitos como membros participantes dos processos decisórios.

Desta forma, diante das demandas postas pelas manifestações da “questão ambiental” para a intervenção profissional do Serviço Social, destacamos o trabalho *sociopedagógico*, com ações socioeducativas, como uma contribuição importante da profissão para o enfrentamento destas mazelas.

Compreender a “questão ambiental” em sua radicalidade não é uma tarefa simples, dada ao plano do imediato, pelo contrário, envolve a síntese de múltiplos determinantes e acaba nos colocando diante das contradições e injustiças derivadas do conflito capital-trabalho-natureza. Por isso, qualquer saída realmente sustentável para a emergência climática passará, necessariamente, pelo debate da justiça social e da justiça ambiental.

Considerando a situação de vulnerabilidade sofrida pela população em situação de pobreza, além do atendimento das demandas emergenciais, trabalhar na perspectiva socioeducativa, contribuindo para a compreensão e mobilização política das classes subalternas, é uma estratégia importante no enfrentamento das expressões da “questão ambiental”. Assim, a:

[...] ação socioeducativa inicia um processo de conscientização pautado na apreensão crítica da realidade. Significa tanto o fortalecimento da autonomia dos indivíduos como sujeitos quanto a sua organização e mobilização em torno de necessidades comuns no campo da esfera pública. Tal compromisso amplia a luta pela efetivação do acesso aos Direitos e à Cidadania, mas tem como horizonte último a transformação social (LIMA e MIOTO, 2011, p. 214).

Em nossa atuação profissional junto dos discentes do Curso de Serviço Social e com a comunidade pela via da extensão universitária temos observado inúmeros desafios na apreensão crítica da realidade que cerca o tema da “questão ambiental”, desvelando os determinantes econômicos, políticos e sociais, sinalizando a importância do/da Assistente Social nos processos de educação ambiental e mobilização política. O trabalho extensionista junto das famílias de catadores de materiais recicláveis de Guarapuava também nos indicam a intensidade do grau de violação de direitos sofrido por esta parcela vulnerável da população, que além de sentir impactos socioambientais como moradia precária, insegurança alimentar e falta de saneamento básico, ainda convivem com o desconhecimento de seus direitos e com a desarticulação político-coletiva, tornando os processos de luta e negociação política muito frágeis.

O trabalho comunitário de base, a partir de uma perspectiva crítica, pode contribuir para a articulação política dos sujeitos das classes subalternas, ampliando o acesso à informação e fomentando processos de mobilização por demandas e direitos em comum, neste caso, para o enfrentamento da injustiça ambiental, entendida aqui como a “[...] imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais [...]” (ACSERALD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 9).

Lima e Mioto (2011) destacam que o processo de construir uma consciência crítica, de luta e de materialização de direitos, de satisfação de necessidades humanas inicia-se com a possibilidade da população vulnerável usuária dos serviços sociais acessar informações, tanto relacionadas às questões individuais, institucionais e relativas aos serviços que concretizam seus direitos e até àquelas que perpassam a garantia, a ampliação, a reivindicação e inscrição na esfera pública de novos direitos.

Estes novos direitos devem ser pactuados coletivamente por sujeitos ativos, que se recolocam na arena política criando um campo de tensão nas relações hegemônicas, contribuindo para a transformação de aspectos da realidade, na direção de uma nova sociabilidade, onde o modo de produzir materialmente a vida implique em relações mais igualitárias social e ambientalmente.

5 CONCLUSÕES

Já que, a partir de nosso recorte epistemológico, as manifestações da destrutividade da natureza e seus desdobramentos sociopolíticos possuem relação com o desenvolvimento das relações da propriedade privada capitalista (SILVA, 2010), o enfrentamento da “questão ambiental” – para além do uso de tecnologias apropriadas e mudanças comportamentais, tão amplamente difundidos hoje – implica na radicalização da democracia e na justiça social e ambiental.

Neste sentido, pautados em Lima e Mioto (2011), entendemos que o Serviço Social pode dar uma contribuição importante por meio das ações socioeducativas, com potencial para o fortalecimento de processos emancipatórios, formação de consciência crítica, através da apreensão e vivência da realidade e construção de processos democráticos, enquanto espaços de garantia de direitos, projetando, ainda que em longo prazo, a emancipação e a transformação social de aspectos desta realidade, inclusive como estratégia de enfrentamento das expressões da “questão ambiental”.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é Justiça Ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BBC News Brasil. O que são mudanças climáticas. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50019998> Acesso em: 30 nov. 2020.

ECYCLE. Mudanças climáticas podem aumentar a pobreza no Brasil. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/component/content/article/6-atitude/2020-mudancas-climatica-podem-aumentar-a-pobreza-no-brasil.html> Acesso em: 30 nov. 2020.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares. Serviço Social e Questão Ambiental: uma demanda emergente? In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral. *Serviço Social: questão social e direitos humanos*. Volume II. Florianópolis: UFSC, 2014. p. 129-151.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Ações socioeducativas e serviço social: características e tendências na produção bibliográfica. In: *Revista Temporalis*, Brasília – DF, ano 11, n. 21, p. 211-237, jan./jun. 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Teoria Social e Questão Ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (org.). *Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-51.

LOWY, Michel. *O que é Ecosocialismo?* 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MALUF, Renato; ROSA. Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil. Disponível em: [http://r1.ufrj.br/cpda/ceresan/docs/Mudancas_climaticas,_desigualdades_sociais_e_populacoes_vulneraveis_no_Brasil_construindo_capacidades_subprojeto_populacoes_\(Volume_I\).pdf](http://r1.ufrj.br/cpda/ceresan/docs/Mudancas_climaticas,_desigualdades_sociais_e_populacoes_vulneraveis_no_Brasil_construindo_capacidades_subprojeto_populacoes_(Volume_I).pdf) Acesso em: 01 dez. 2020.

OXFAM Brasil. Pobres são as principais vítimas das mudanças climáticas. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/pobres-sao-as-principais-vitimas-das-mudancas-climaticas/> Acesso em: 01 dez. 2020.

PAINEL BRASILEIRO DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – PBMC. Impactos, vulnerabilidades e adaptações. Disponível em: http://www.pbmc.coppe.ufrj.br/documentos/RAN1_completo_vol2.pdf Acesso em: 01 dez. 2020.

SILVA, Maria das Graças. *Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.